

Planejamento de longo prazo terá espaço

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, explicou ontem que o Ministério do Planejamento foi recriado porque nos últimos 12 anos o Brasil se transformou em laboratório de experiência de estabilização econômica. "A visão de médio e longo prazo foram deixadas de lado. O planejamento volta para articular curto e longo prazo", argumentou.

Para ele, a política de "czares na economia não mostrou-se boa. Zélia e Marcílio não conseguiram coordenar a máquina administrativa. Não conseguiram controlar gastos, mesmo Marcílio que é homem probo. Eles fizeram cortes lineares em verbas orçamentárias, o que demonstra falta de planejamento", argumentou.

"A Fazenda terá a chave do Tesouro, receitas e despesas e vai

sinalizar os limites de gastos para o planejamento. Pretendemos lançar políticas compensatórias

— que minorem os efeitos da recessão —, mas somente após examinar como está o caixa", disse Haddad.

Pobreza — "A preocupação muito direcionada para o curto prazo — continuou Haddad — nos trouxe viés anti crescimento, com tendência recessiva; concentração de renda e desorganização do setor público". Ele observou que o problema da pobreza terá tratamento especial.

"Isso é fundamental, porque existem de 39 a 40 milhões de brasileiros em pobreza absoluta. Já lidamos com a pobreza asiática andarilha, pois temos muitos pobres soltos, sem lugar definido para ficar. Estamos estagnados

desde 1985. Precisamos catalisar soluções participativas", discursou.

Paulo Haddad quer uma "política de descentralização. Municípios resolvem melhor os problemas da população. Temos que criar mecanismos para garantir que as verbas chegarão inteiras, sem malversação de recursos, ao fim da linha", às prefeituras.

Divergências — O quadro traçado por Haddad diverge do que o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ter deixado. Para o novo ministro do Planejamento, a inflação está em alta de 20 por cento para 25 por cento. Marcílio vê queda. Para Haddad, o déficit público é uma questão não resolvida. Marcílio entende que deixa os cofres públicos saudáveis.